



A administração da Justiça e a sua importância na confiança social no Estado-Juiz

Dever informativo das condenações criminais dos agentes públicos

Autor: João Carlos Barros Roberti Junior

Juiz Federal Substituto

publicado em 30.04.2014

 [\[enviar este artigo\]](#)

 [\[imprimir\]](#)

Resumo

A criação de um cadastro informativo de condenações criminais impostas a agentes públicos, acessível a todos, permite a necessária supervisão social a respeito da atuação repressiva do Estado deduzida contra os membros que o integram, despontando a confiança da sociedade no funcionamento regular das instituições públicas responsáveis pela persecução criminal.

A partir desse instrumento de consulta, cuja implementação está a cargo dos gestores da Justiça, a construção da confiança sólida no Poder Público eficiente e isento se firma e passa a moldar o comportamento das vítimas, estimulando-as a denunciar os delitos, e dos agentes públicos transgressores, inibindo-os a praticar infrações criminais. A reboque disso, lapida-se a imagem de um Poder Judiciário ativo e imune a influências pessoais, tornando-se merecedor da crença da sociedade, que passa a acreditar verdadeiramente na atividade jurisdicional como meio adequado de combate à impunidade.

Palavras-chave: Condenação de agentes públicos. Dever de informação. Confiança. Estado-juiz.

Sumário: Introdução. 1 O Estado necessário e confiável. 2 A reação social aos atos ilegais de agente público. 3 A reação individual aos atos ilegais de agente público. 4 A administração da Justiça como instrumento de fortalecimento da confiança no Estado-juiz. Conclusão.

Introdução

O propósito do presente estudo é demonstrar a importância que a administração da Justiça tem no fortalecimento da confiança do cidadão no Estado-juiz a partir da criação de um cadastro público de dados de condenações criminais impostas a agentes públicos infratores.

O exame dos tipos de reação da sociedade aos atos ilegais cometidos por agentes públicos e a sua variação conforme a crença no poder estatal é uma das preocupações deste trabalho, que traz a abordagem da ampla publicidade da condenação dos referidos agentes como fator de robustecimento do crédito no Poder Público e no próprio regime democrático de direito.

Como se verá, a ideia central reside em defender a divulgação de informações concretas a respeito dessas condenações criminais como instrumento de convencimento contra a impunidade, o que reflete no comportamento da população e na percepção que esta tem do Poder Judiciário.

1 O Estado necessário e confiável

Desde os primórdios da civilização, a humanidade revela a necessidade da existência de uma instituição sublime, com a atribuição de defender os interesses da coletividade e de organizar as suas relações sociais. Historicamente, encontram-se diversas causas, cada uma ao seu tempo, que

justificam a construção dessa instituição vocacionada a exercer o poder delegado para limitar a atuação individual em favor do coletivo.

A acepção de Estado, as suas atribuições e as limitações de seu poder sempre foram controversas. O próprio reconhecimento da necessidade de sua existência não foi unânime, embora empiricamente se constate que o é para a obtenção da preservação de um bem comum mínimo. A ideia rousseauniana do “bom selvagem”, baseada na tese do mundo natural (onírico e ideal), nunca se aproximou da dura realidade em que se vivenciam permanentes conflitos de interesses individuais, especialmente quando se tem em conta o agigantamento dos aglomerados humanos. No mundo real, viu-se, ao contrário da pregação anarquista, que a paz era inalcançável sem um poder central regulador das ações individuais.

Não se pode perder de vista que, com o estabelecimento do Estado, as manifestações de comandos públicos que partem dos agentes que o representam substantivam as diretrizes geradoras da satisfação ou da insatisfação social que dita o ritmo da estabilidade da relação entre o povo e o poder estatal constituído. Certamente, a ordem social perene pressupõe mais do que a mera existência do Leviatã hobbesiano, ela demanda um Estado justo, no qual o povo possa enxergar os benefícios que decorrem de suas ações em favor do anseio coletivo. Independentemente da forma e do sistema de governo, o Estado justo precisa da legitimidade popular para se firmar como instituição contínua de governabilidade. Mais do que isso, precisa refletir a participação popular na sua formação e garantir o respeito às liberdades civis, nas quais se incluem os direitos humanos e as liberdades fundamentais, e fazer valer a sujeição das autoridades públicas às regras jurídicas. O regime democrático de direito tem demonstrado ser a chave dessa estabilidade por garantir tais proteções.

O preço que o Estado democrático de direito paga por concentrar parcelas de poder individuais conferidas espontaneamente para que ele discipline com soberania as liberdades públicas consiste no dever de atender a contento as demandas sociais. Mensurar isso implica desdobrar os atributos das ações desse Estado, que envolvem, no nosso ordenamento constitucional, os postulados mais comezinhos que devem pautar a atuação dos agentes públicos – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37 da CF/88). Pautando-se por eles, a atuação estatal está muito próxima daquilo que a sociedade anseia para satisfazer as suas necessidades. Contudo, a satisfação e a confirmação da própria legitimidade que ela confere ao Estado não se obtêm apenas quando este leva a efeito tais princípios nas suas ações, mas dependem também da efetividade com que ele pune os algozes que integram a estrutura de sua máquina.

De nada adianta um Estado democrático de direito que exala impunidade em favor dos agentes públicos, chancelando mecanismos processuais de retardo de punição, que redundam muitas vezes na prescrição da pretensão punitiva, ou simplesmente não punindo, ou, quando os pune, o fazendo de forma branda. Esse lamentável quadro rompe a confiança do cidadão na instituição democrática, e dessa ruptura se esvaem as chances do bem-estar social, finalidade precípua do regime de participação popular.

Os graus e as diferentes formas de reação coletiva e individual que têm origem na quebra da confiança no Estado democrático de direito merecem maior atenção, e sua análise revelará os riscos que a ordem jurídica sofre de ser subvertida.

2 A reação social aos atos ilegais de agente público

A reação social aos atos ilegais de agente público surge em decorrência de uma conduta ilícita praticada por este em detrimento da coletividade, afetando, via de regra, os indivíduos coletivamente por atingir bens jurídicos comuns, de titulares indeterminados.

As mobilizações sociais, consubstanciadas em manifestações de vigília, notas de repúdio, ocupações de prédios públicos, passeatas, artigos de imprensa, dentre outras, variam na forma e na intensidade conforme a proporção da gravidade do ilícito perpetrado pelo agente público, sendo certo também que, quanto mais importante o cargo do agente público infrator, mais repulsiva é considerada a

sua conduta e, portanto, maior será o número de manifestações e do tempo de duração do protesto por punição.

Os crimes praticados por agente político (espécie do gênero agente público) contra a Administração em geral e ligados à movimentação financeira espúria são exemplos de condutas aptas a gerar esses tipos de reações. A sociedade não tolera passivamente que detentores dos poderes da República cometam delitos de tal envergadura, ânimo esse que justificou, inclusive, o projeto de iniciativa popular que culminou na famigerada Lei da Ficha Limpa (LC nº 132/10), que estabeleceu expressamente (nova redação do art. 1º, I, e, da Lei nº 64/90, dada pela LC nº 132/10) que são inelegíveis para qualquer cargo os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes:

“(…)

1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público;
2. contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência;
3. contra o meio ambiente e a saúde pública;
4. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;
5. de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública;
6. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
7. de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;
8. de redução à condição análoga à de escravo;
9. contra a vida e a dignidade sexual; e
10. praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

(…)”

Na verdade, por ostentarem parcela do poder estatal, a sociedade não admite que os agentes políticos cometam qualquer crime, esteja este vinculado ou não ao exercício do cargo, mas, para motivá-la a adotar ações concretas de manifestação coletiva contra eles, as infrações normalmente devem guardar alguma referência com o descumprimento do dever de honestidade no trato da coisa pública, ou pelo menos, quando estranhas ao exercício do cargo, que revelem significativa gravidade penal, como é o caso, por exemplo, de um agente político que é processado criminalmente por liderar um grupo de extermínio – hipótese em que a sociedade não releva a sua permanência no cargo. Nessa situação, a reação social tende a buscar o seu afastamento imediato, ainda que a título cautelar.

A reação social também pode emergir de um ato praticado por agente público que atinja injustamente um indivíduo determinado, provocando a sociedade a insurgir-se contra o ilícito perpetrado. Na espécie, a mobilização social é impulsionada pela necessidade de se postular a punição do agente público frente à gravidade da infração, com vistas à tutela preventiva do coletivo a partir da demanda de providências punitivas para o caso individual.

Exemplos disso são os crimes praticados por agentes titulares de poder de polícia contra o cidadão. Os delitos de extorsão, concussão, corrupção, sequestro, homicídio e outros crimes ligados à postura da lisura profissional quando praticados por policial ou agente de fiscalização despertam a indignação da sociedade, fazendo com que esta assuma uma postura ativa de manifestação

em favor da punição daqueles.

Com efeito, a reação social pressupõe ações de uma gama de segmentos da sociedade e com dimensões variadas, na sua intensidade e duração, que convergem para a exigência da punição exemplar do agente público envolvido no fato ilegal. E é comum ver-se o fortalecimento desse movimento social quando se percebe a sensação de impunidade se avizinando.

Não há dúvida de que a reação social é um termômetro do Estado democrático de direito, na medida em que serve de instrumento de percepção por parte dos dirigentes do país para aferir a confiabilidade que a sociedade exterioriza em relação ao Poder Público. Se a sociedade não reage ao ser informada de situações de ilegalidade geradas por agentes públicos em seu desfavor, é possível cogitar de duas hipóteses: a) ela confia plenamente no Estado e no seu sistema punitivo, descartando qualquer receio de impunidade que pudesse mobilizá-la a reagir; ou b) ela simplesmente não confia mais no Estado e no seu sistema punitivo, relegando qualquer possibilidade de reação por julgá-la inócua. A primeira hipótese é a ideal, e a segunda, digna de preocupação.

Na primeira hipótese, a sociedade não reage porque o Poder Público é rápido e eficaz em aplicar a reprimenda penal, demonstrando, desde o alarde da notícia do ilícito, atuação combativa e firme na persecução criminal, o que gera aos cidadãos a certeza de que tudo se encaminhará ao desfecho punitivo exemplar à luz da dura legislação penal existente, tornando dispensável qualquer pressão social por punição. Na segunda, a inexistência da confiança no Estado obsta qualquer movimento social, já que se afigura comum os agentes públicos ficarem impunes. Nessa situação, o Estado deixa de ser protetor e passa a agir como violador, o que não apenas desmotiva, mas amedronta mobilizações sociais que buscam punição, enfraquecendo o regime democrático de direito estabelecido, que tenderá a se converter em um Estado ditatorial.

Disso se observa que há uma escala da confiança da sociedade em relação ao Estado, passível de medição a partir da análise da sua disposição de reação social, estando nas pontas extremas e opostas as duas situações citadas. As variantes da reação social dizem respeito ao número de segmentos da sociedade que se dispuseram a levar a efeito concretamente as manifestações; ao número de cidadãos participantes; aos tipos de mobilizações; e ao tempo de duração do período de protesto.

Pode-se dizer que o principal estopim da reação social é a atenção midiática sobre a situação ilegal. Porém, a mídia, por si só, não a sustenta no tempo. A sociedade deve se convencer da necessidade de reagir e manter a reação enquanto não for alcançado seu propósito de efetividade na punição. Esse clamor ganha relevo quando se tem caracterizado o receio da iminente impunidade, seja porque o agente público, autor do ilícito, estampa imunidade informal de sujeição às regras penais, seja porque não tem seu paradeiro conhecido, hipótese em que a reação social roga por ampla investigação para localizá-lo e garantir a aplicação da lei penal.

Em princípio, em condições de normalidade institucional, quanto maior a impressão da impunidade, maior será a reação social, e, enquanto houver esse balanço, por pior que seja a existência dessa impressão, a confiança no Estado democrático de direito permanece garantida e com ela a própria manutenção dele. Contudo, se a impressão se esvaír e der lugar à certeza da impunidade, a reação social tenderá ao zero.

Os indícios de que a impressão da impunidade está se convolvendo na sua certeza consistem no esvaziamento do número de segmentos da sociedade e de cidadãos envolvidos na manifestação e no encurtamento do período da reação. O empobrecimento da reação social, verificado a partir de mobilizações pontuais restritas, é preocupante e põe em xeque o crédito da sociedade no Estado.

Por certo, a sobrevivência do regime democrático está intimamente ligada à confiança que o povo tem em relação ao sistema de leis e na efetividade da aplicação delas em desfavor de todos que as desafiam, especialmente em relação àqueles que integram a estrutura do Estado e se valem indevidamente do cargo que exercem para atingir ilegalmente seus interesses pessoais, fazendo do múnus público um meio para a prática de delitos contra a sociedade. Por isso,

quanto mais o agente público infrator pensa que está acima do Estado, mais rápida e efetiva deverá ser a resposta penal estatal, dinâmica esta que, em um regime democrático em que vigora a sensação de impunidade, certamente depende da influência motriz da reação social.

3 A reação individual aos atos ilegais de agente público

A reação individual aos atos ilegais de agente público surge em decorrência de uma conduta ilícita praticada por este em detrimento de um cidadão determinado, que se torna vítima de um crime cometido por quem deveria protegê-lo ou auxiliá-lo.

Via de regra, o ilícito gerador dessa reação é cometido por agente público investido do poder de polícia, normalmente policial ou agente de fiscalização, os quais exercem de forma imediata a restrição de direitos individuais em benefício do interesse público. Ocorrida a infração criminal (extorsão, concussão, corrupção e etc.), o que se espera como reação do cidadão vitimado, a rigor, é que ele a informe às autoridades públicas competentes para a adoção das providências legais em desfavor do agente público criminoso. Porém, tal comportamento só é levado a efeito pelo cidadão se este encontra confiança no Estado e sabe que o sistema estatal funcionará para protegê-lo e para punir o agente infrator. No entanto, se não existe essa confiança, as reações individuais são outras. O silêncio e a submissão ao agente infrator, muitas vezes continuada, são as mais prováveis.

Torna-se ainda mais grave quando o cidadão reconhece que a atuação do agente público infrator faz parte de um esquema criminoso com inúmeros participantes, enraizado na estrutura estatal, e que incute a impressão de imunidade para agir pelo envolvimento de autoridades de alto escalão, despertando na vítima a ideia de que o Estado é complacente com isso, passando este a ser confundido com os bandidos que o integram.

Essa percepção ocorre quando o cidadão se depara com a situação em que o agente público comete a infração contra ele, respaldado em máfia arraigada no corpo estatal, que funciona de maneira organizada para enriquecer ilicitamente a partir do uso ilegal do poder do cargo público, pulverizando, como consequência, a confiança da vítima em relação ao Estado.

A título ilustrativo, imagine-se, por exemplo, um dono de açougue que cumpre as normas administrativas da vigilância sanitária e que, por ocasião da fiscalização, é abordado por um agente fiscal sanitário que exige módica propina mensal para não lavrar autuações indevidas ou mediante ameaça de fazer fiscalizações constantes e demoradas com equipe numerosa de agentes para espantar a clientela. O referido proprietário do estabelecimento comercial confirma com os lojistas vizinhos que é “praxe” na região em que os fiscais atuam o pagamento da propina mensal para terem paz na atividade comercial e fica sabedor do esquema que vai desde o fiscal até os dirigentes do órgão de fiscalização. Essa é a clássica situação em que o cidadão comerciante não vê alternativa a não ser cooperar com o esquema criminoso para poder trabalhar com sossego. Para ele vale mais a pena pagar a pequena propina mensal e ter garantida a normalidade do funcionamento de sua loja do que denunciar os agentes estatais criminosos que exalam impunidade pela forma estruturada e ostensiva com que agem, expondo-se a represálias sem qualquer garantia de proteção efetiva por parte do Poder Público.

Como outro exemplo, pode-se citar a situação em que um policial, que se diz vigia noturno nas horas de folga, exige de um morador de uma pequena rua valores módicos mensais em troca de um suposto serviço de vigilância. Ao conversar com os vizinhos da rua, o morador recebe a informação de que pagam o policial, pois têm medo do que ele possa fazer, e não o denunciam, uma vez que sabem que esse procedimento extorsivo ocorre livremente em outras ruas do bairro com outros policiais, o que leva a crer que há um forte esquema orquestrado por vários policiais desonestos, atingindo a credibilidade da própria polícia como instituição, já que todos sabem o que acontece e a chefia policial nada faz.

Das narrativas, percebe-se claramente que o particular passa a ser refém de bandidos organizados que integram e dominam a atuação do Poder Público em

determinado setor e que se valem do poder de polícia para alcançar seus interesses pessoais, o que autoriza a crença na impunidade do agente público infrator e na vulnerabilidade do cidadão de bem, o qual preferirá se submeter às exigências ilícitas para ver assegurada a sua paz do que assumir o risco de denunciar e sofrer as consequências da não punição e de eventual retaliação.

É bem verdade que essa preferência encontra limites. Isso se observa quando o crime do qual o cidadão é vítima representa injusta agressão a bem da vida extremamente custoso, que imponha a necessidade de se fazer cessar a prática criminosa – ainda que com a assunção de riscos –, seja por meio da justiça com as próprias mãos (autotutela), seja recorrendo, por desespero final, e não por sentir confiança no Estado, a autoridades públicas supostamente não coniventes com o ilícito. Configura exemplo disso quando o agente público não se contenta em obter pequenas vantagens financeiras de um indivíduo, mas busca gananciosamente a obtenção de grandes somas dele, reduzindo-o, ainda que gradativamente, à insolvência, ou ameaça sua vida ou a de um familiar seu, levando-o ao desespero.

O fato é que, quando determinado setor ou atividade estatal reguladora de direitos, interesses e liberdades individuais está timbrado pela condução de corporação criminosa, o cidadão passa a não acreditar mais no Estado. E o ponto crucial para haver a denúncia da vítima é justamente a fé que ela deve sentir no Poder Público.

Com efeito, seja na hipótese tratada inicialmente, em que o agente público age sozinho ou com ajuda de colaboradores limitados para cometer delitos, seja na segunda, na qual o cidadão é vítima de uma máfia inserida na estrutura estatal, os fatores que concorrem para a formação da confiança no Estado resumem-se aos seguintes aparatos: a) existência de órgãos públicos idôneos e capacitados para iniciar a investigação e o processo criminal; b) existência de legislação penal com duras sanções aos agentes públicos transgressores; c) existência de um efetivo programa de proteção à vítima e à testemunha; e d) ampla divulgação de números e dados das condenações criminais aplicadas aos agentes públicos, em especial aos que ocupam cargos de comando e direção.

A coexistência de órgãos públicos sérios e preparados para iniciar a persecução criminal e de uma legislação penal rigorosa e de proteção efetiva à vítima e à testemunha é fundamental para inspirar no cidadão a crença que ele deve ter no Estado, mas isso, por si só, não é suficiente, pois se trata de aparatos instrumentais, na medida em que consubstanciam meios para alcançar resultados punitivos.

O cidadão precisa conhecer os resultados das demandas criminais que apuram atos ilegais de agentes públicos. É que, quando o indivíduo tem conhecimento, a partir de dados reais e concretos, de que o sistema processual é ativo e resulta com efetividade na aplicação da lei penal, ensejando condenações exemplares aos que usaram de seus cargos para cometer delitos, firma-se a confiança no Estado. Este passa a ser visto como uma instituição combativa e vocacionada a punir e a cortar a própria carne quando necessário, criando a atmosfera de tranquilidade social e respeito à ordem jurídica.

A cientificação desses resultados punitivos permite a conclusão de que os instrumentos (órgãos públicos idôneos e capacitados para iniciar a investigação e o processo criminal, legislação penal com duras sanções aos agentes públicos transgressores e programa efetivo de proteção à vítima e à testemunha) à disposição da sociedade para levar a efeito o *jus puniendi* estatal não são estanques, mas hábeis a gerar sanções concretas, fechando a ideia de que o sistema punitivo funciona e que condenações criminais são o desfecho frequente imposto aos agentes públicos que desafiam as leis penais.

Como se verá, a administração da Justiça tem um papel importante na sedimentação da confiança do cidadão no Estado.

4 A administração da Justiça como instrumento de fortalecimento da confiança no Estado-juiz

Hodiernamente fala-se muito a respeito da necessidade de se conhecer e melhorar a atuação da Justiça. Há uma preocupação enorme em retirar o

estigma moroso da prestação jurisdicional por meio de imposição de metas de produtividade e do controle quase obsessivo por números da jurisdição.

A ideia de que só se controla aquilo que se consegue medir tem prevalecido no aspecto da gestão jurisdicional, o que motiva a realização de inúmeros relatórios estatísticos para se conhecer a fundo a realidade de cada órgão judiciário, visando à formação de objetivos de produtividade com o intuito de otimizar a jurisdição.

Seguramente, o direito à duração razoável do processo é vital para que o cidadão possa acreditar no Poder Judiciário, e isso se consegue por meio de medidas de gestão concretas voltadas para o aumento da produtividade, enfocando especialmente a eliminação do acúmulo de processos judiciais antigos responsáveis pelas altas taxas de congestionamento. A identificação deles e a busca em solucioná-los o mais rápido possível é um passo importante para o aperfeiçoamento da jurisdição e para a restauração da confiança do jurisdicionado na atuação célere da Justiça. A respeito disso, sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça, foi criada a Meta 02 de 2009, com o propósito de “identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005 (em 1º e 2º graus ou tribunais superiores)”, de modo a garantir o direito à duração razoável do processo e o fortalecimento da democracia.

Não se questiona que o combate à morosidade do Judiciário seja uma medida importante para a transformação da imagem da Justiça e para o aumento da confiança do cidadão na atividade jurisdicional, mas a pressa de julgar não pode ser adotada a qualquer custo. Deve haver um equilíbrio quantitativo e qualitativo de produção.

A prestação jurisdicional eficiente pressupõe a coexistência da agilidade e da qualidade da decisão judicial. Por isso, os mesmos esforços envidados para se buscar a duração razoável do processo devem ser direcionados para exigir do julgador qualidade no julgamento que profere. Se o objetivo institucional é reforçar a confiança do jurisdicionado e o robustecimento da democracia, tem-se que considerar que o processo judicial rápido, porém de resultado negligente na apreciação da causa, deteriora bem mais a confiança no Poder Judiciário do que o processo judicial demorado, mas que resulta em uma decisão diligente e justa. Mudar o rótulo de Justiça lenta para Justiça injusta de nada adianta, o cidadão deixa de acreditar na atuação qualitativa do Poder Judiciário e a democracia sai perdendo de qualquer jeito.

Assim, a administração da Justiça deve trabalhar para aperfeiçoar a jurisdição, implementando programas de produtividade e qualidade das decisões judiciais, aspectos da atividade jurisdicional que servem de pilares na construção da confiança do cidadão no Estado-juiz. Entrementes, para a formação dessa confiança, a administração da Justiça tem outra obrigação, não menos importante, que é o dever de divulgar a efetividade da sua atuação, informando dados de condenações criminais resultantes de processos deflagrados em desfavor de agentes públicos.

O cidadão precisa saber que os agentes públicos que agem contra a lei são efetivamente punidos. A sensação de impunidade que acomete a população se esvai quando se tem conhecimento de que os agentes públicos que se julgam acima da lei não estão imunes à ação repressora criminal do Estado e sofrem condenações exemplares pelos atos ilegais que cometeram.

Com efeito, quando o Estado divulga a condenação de um agente público infrator, ele está reafirmando aos cidadãos o seu compromisso com o funcionamento e com a efetividade do sistema público punitivo, incutindo a ideia de que todos são passíveis de punição, inclusive aqueles que exercem parcela do Poder Público. Essa praxe de divulgação provoca na população, ainda que gradativamente, a percepção de notoriedade do perfil combativo e isento do Estado em punir os agentes públicos infratores, fazendo com que ela passe não apenas a enxergar o Poder Público como o protagonista que atua em defesa da sociedade, mas a falar dele com respeito e credibilidade, o que instaura o sentimento de confiança e segurança social que permite a formulação de denúncia, por parte do cidadão vitimado, em desfavor de quem quer que seja o autor da infração.

A exemplo da criação do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa, disciplinado pela Resolução nº 44, de 20 de novembro de 2007, do CNJ, a divulgação de dados de condenações criminais em desfavor do agente público infrator representa medida necessária de informação à sociedade, que elimina a impressão de impunidade e revigora a crença na democracia. Essa transparência serve de veículo de propaganda da qual o Estado se vale para convencer diariamente o cidadão de que o sistema público punitivo gera resultados efetivos em desfavor de agentes públicos infratores e não os distingue na hora de punir, o que instila na população a confiança no Poder Público.

Nesse contexto, defende-se que os órgãos encarregados da administração do Poder Judiciário criem uma ferramenta pública de divulgação de números e dados de condenações em desfavor de agentes públicos, envolvendo a sfera criminal, disponível aos cidadãos em listas públicas virtuais em *sites* oficiais do governo. Os resultados das condenações somente serão inseridos após o trânsito em julgado, sem a necessidade de identificar os nomes dos condenados, e devem contemplar: a) espaço público que o agente público infrator ocupava (mandato, cargo, função); b) a cidade e o Estado-membro em que o agente público exercia o múnus público; c) a indicação do tipo penal da condenação; d) os tipos e o *quantum* da reprimenda penal imposta definitivamente; e e) a data da propositura da ação penal e a do trânsito em julgado.

Registre-se que a publicidade das condenações impostas a agentes públicos infratores substantiva, ao lado da prestação jurisdicional célere e de qualidade, o pilar que faltava para a construção da confiança plena do cidadão na Justiça, na medida em que dá conhecimento do caráter eficiente e imparcial do sistema público punitivo existente a serviço da sociedade, estimulando o homem de bem a buscar a proteção do Estado em qualquer situação de opressão ilegal que possa sofrer por ato de agente público, detenha este o poder que for.

Nesse desiderato, se é verdade que a administração da Justiça deve permanecer constantemente informada dos números e dos dados de julgamento dos órgãos judiciários para poder exigir medidas de aperfeiçoamento na produtividade jurisdicional e controlar o seu desempenho, não menos verdadeira é a necessidade que a população tem de ser constantemente informada dos números e dados de condenações impostas aos agentes públicos infratores pelos órgãos judiciários para poder exigir medidas de aperfeiçoamento punitivo e controlar a sua confiança no Estado-juiz.

Conclusão

Administrar o funcionamento da Justiça é tarefa que exige mais do que o mero controle de números da jurisdição, exige a permanente prontidão em garantir a credibilidade e a imagem do Poder Judiciário perante a sociedade, o que se faz por meio de propaganda dos resultados de seus julgamentos que envolvam o interesse público. Boa parte deles diz respeito às ações criminais ajuizadas em desfavor dos agentes públicos.

A criação de um cadastro amplamente disponível à população com os dados principais da condenação criminal imposta ao agente público transgressor demonstra efetivamente a atuação do Poder Judiciário no combate aos criminosos que se valem de cargos públicos para delinquir. Isso permite que a sociedade conheça os resultados de julgamentos que infirmam a crença na impunidade e possibilita a supervisão social da atividade jurisdicional, especialmente no tocante ao tempo de duração do processo e ao *quantum* da reprimenda penal imposta, questões essas que podem ser objeto de críticas e, inclusive, gerar reivindicações por mudanças legislativas, como o que aconteceu com a celebrada Lei da Ficha Limpa (LC nº 135/10), de iniciativa popular.

A divulgação desses dados demonstra à sociedade que ninguém está acima da lei, ainda que se trate de integrante de Poderes da República, e faz com que a população respeite e acredite no serviço do Poder Judiciário. E, uma vez firmado o panorama punitivo exemplar, surge naturalmente o efeito modelador sociocomportamental. Se o cidadão tem conhecimento de que até os agentes do Estado são punidos com rigor, ele tenderá a temer a lei penal e a se comportar de acordo com os seus ditames. Por outro lado, também sentir-se-á motivado a

denunciar o agente público que cometeu contra ele algum ato ilegal, porquanto sabedor do esquema punitivo eficiente de que dispõe o Estado.

Certamente o regime democrático ganha quando se trabalha com instrumentos que promovem transparência na atuação das instituições públicas, pois a partir dela se consegue controlar e exigir mudanças de funcionamento na atividade estatal que permitam a criação ou o aumento da confiança do cidadão no Poder Público. E com a atividade jurisdicional não é diferente.

Portanto, é preciso ter em mente que a publicidade das condenações criminais estipuladas em desfavor dos agentes públicos é um remédio eficiente para a cura do sintoma de impunidade, que parece estar arraigado na cultura nacional desde o tempo do Império, quando os amigos do rei nada sofriam ao violarem as leis. Mas apesar de o rei ter ido, a sensação de que os amigos dele ainda estão por aí, ostentando a túnica da impunidade, não se foi, e para debelar isso é preciso agir duramente contra os agentes públicos que atuam de forma criminosa e divulgar o mais amplamente possível os resultados dessas ações, o que leva a sociedade a confiar na atuação do Estado-juiz e a reagir dentro das regras jurídicas estabelecidas quando provocada por esses transgressores.

Referência bibliográfica (de acordo com a NBR 6023:2002/ABNT):

ROBERTI JUNIOR, João Carlos Barros. A administração da Justiça e a sua importância na confiança social no Estado-Juiz. Dever informativo das condenações criminais dos agentes públicos. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n. 59, abr. 2014. Disponível em:

<http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao059/JoaoCarlos_RobertiJunior.html>

Acesso em: 12 maio 2014.

REVISTA DE DOCTRINA DA 4ª REGIÃO
PUBLICAÇÃO DA ESCOLA DA MAGISTRATURA DO TRF DA 4ª REGIÃO - EMAGIS